

# PATRULHA MARIA DA PENHA

## MARIA DA PENHA PATROL

ROCHA, Túlio de Jesus <sup>1</sup>  
BRANDÃO, Aderson Rodrigo Veras Neris Saturnino <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda o tema Patrulha Maria da Penha que tem como objetivo combater a violência contra as mulheres por recomendação do Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, que é operacionalizado pela Secretaria de Segurança Pública, com atuação principalmente da Polícia Militar (Agência Senado, 2016). Assim, o problema da pesquisa buscou responder se a Patrulha Maria da Penha contribui realmente para que as mulheres tenham menos medo de denunciar seus companheiros? E o objetivo geral apresentou a origem do Projeto Maria da Penha. Para a realização deste estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica e ainda uma entrevista estruturada com a soldada Valéria Ferreira de Almeida, da Patrulha Maria da Penha de Águas Lindas, no intuito de avaliar a eficácia do programa e a relação das vítimas com a polícia militar.

Palavras-chave: Polícia Militar. Patrulha Maria da Penha. Mulheres. Violência. Águas Lindas.

### ABSTRACT

This article deals with the Maria da Penha Patrol theme, which aims to combat violence against women on the recommendation of the National Pact to combat violence against women, which is operated by the Public Security Secretariat, mainly by the Military Police Senate, 2016). Thus, the research question sought to answer if the Maria da Penha Patrol really contributes to women being less afraid of denouncing their comrades? And the general objective presented the origin of the Maria da Penha Project. In order to carry out this study, a bibliographical research and a structured interview with Valéria Ferreira de Almeida, of the Patrulha Maria da Penha de Águas Lindas, were carried out in order to evaluate the effectiveness of the program and the relationship between the victims and the military police .

Keywords: Military Police. Patrulha Maria da Penha. Women. Violence. Beautiful waters.

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Formação de Praças da Academia de Polícia Militar de Goiás- CAPM  
tulio.mbel@gmail.com, Aguas Lindas de Goiás, 04 de maio de 2018

<sup>2</sup>Professor Orientador: Especialista, professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do  
Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, aderson.rodrigo@gmail.com, Águas Lindas  
de Goiás, março de 2018

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente a mulher é vista e tratada como se fosse inferior, ela é humilhada e violentada física e mentalmente, diariamente, desde tempos remotos até os dias atuais.

No decorrer do tempo as mulheres conquistaram vários direitos, contudo ainda não são tratadas com igualdade, e até mesmo o dom que elas carregam, de gerar uma vida em seus ventres, é percebido como uma fraqueza, algo que as colocam em desvantagem em relação aos homens.

Embora se tenha a ideia errônea de que a agressão contra a mulher ocorre apenas em regiões pobres, a verdade é que se trata de um fato social, recorrente em todos os países, em todas as classes econômicas. Contudo, no Brasil a violência contra a mulher é algo tão grave, tão severo, que chega a afetar o serviço público de saúde, sendo um desafio para este setor.

Embora ocorra em todas as camadas sociais, a violência contra a mulher é mais latente em família com antecedentes de atos violentos, em famílias que o parceiro faz uso de álcool, onde o parceiro encontra-se desempregado, ou mesmo quando a mulher é dependente econômico ou emocionalmente de seu parceiro, porém o nível socioeconômico é o aspecto que se sobressai quando o assunto é a violência contra a mulher.

Sabendo desse risco diário a que as mulheres estão expostas, é que o Estado vê-se obrigado a desenvolver políticas públicas que protejam as mulheres. Dentre as várias políticas públicas de proteção à mulher, a mais conhecida pelos brasileiros é a Lei Maria da Penha, e percebendo algumas arestas dentro da referida, criou-se ou projeto Patrulha Maria da Penha, para que a referida lei tivesse maior efetividade.

Sendo assim, o tema deste trabalho é a Patrulha Maria da Penha, que já vem com um problema sério a ser resolvido: O Projeto Patrulha Maria da Penha contribui realmente para que as mulheres tenham menos medo de denunciar seus companheiros?

Deste modo, o objetivo geral deste artigo é apresentar a origem do Projeto Maria da Penha e os objetivos específicos pretendem fazer uma análise da efetividade do Projeto Patrulha Maria da Penha; apresentar seu funcionamento e identificar os resultados positivos oriundos do referido projeto.

Mesmo sendo veiculados diariamente casos de violência contra as mulheres, elas ainda têm medo de denunciar seus companheiros, apoiadas principalmente da concepção de que a lei é morosa e falha, e por isso tem sofrer represálias dos denunciados.

Neste sentido, este artigo é de suma importância para que as mulheres percebam que algo está sendo feito para protegê-las, que existem mecanismos legais que as amparam. Portanto, este artigo tem a pretensão de ser quase que a prestação de um serviço de esclarecimento às mulheres e às pessoas que convivem com mulheres vítimas de violência ou potenciais vítimas.

Desta forma, o presente artigo científico abordará inicialmente os fatores relevantes com relação à violência contra a mulher, o tópico seguinte abordará a Lei Maria da Penha, logo em seguida será feito um apanhado a respeito da Patrulha Maria da Penha e finalmente a Patrulha Maria da Penha em Águas Lindas de Goiás.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Falar de violência contra a mulher requer certo entendimento sobre o conceito de gênero, que historicamente e socialmente adjudica à mulher a condição de passividade, fragilidade, submissão e de alguém bastante emotiva, o famigerado sexo frágil.

Enquanto que aos homens, o conceito de gênero atribui a ideia de atividade, força, racionalidade e a dominação. Vê-se, portanto nestes conceitos, a ideia de dominação do homem, sobre a mulher, e mais, uma questão de usurpação do corpo do outro, conforme Netto et al (2014, p. 459)

Refletir sobre o tema de violência de gênero se coloca como um desafio para os estudantes de Direito na medida em que diuturnamente presenciamos um modelo de ensino fragmentado –cujas disciplinas lecionadas são compartimentadas – impossibilitando a interação entre o objeto de conhecimento e o seu contexto, entre o todo e as partes. Santos (2014, p.16)

Além dos casos de feminicídio, o estupro é outra forma de violência praticada contra as mulheres, somente em 2016, 49.497 pessoas foram estupradas neste país, sendo que 90% das vítimas eram mulheres. Este número só cresce,

chegando a 24 casos a cada 100 mil habitantes, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Neste sentido, a polícia militar também está preparada para combater este tipo de crime.

A violência contra a mulher é uma realidade que se arrasta desde civilizações antigas até a contemporaneidade, contudo, não é algo fácil de ser resolvido, principalmente porque as mulheres têm muito medo de denunciar seus agressores, até porque a maioria destes, convivem diariamente com as vítimas, e estas, quando não dependem financeiramente, dependem emocionalmente de seus companheiros.

Assim, em virtude dessa relação de poder e dominação, a mulher acaba sendo alvo de violência, causando grandes problemas à sociedade, pois a cada 2 minutos, cinco mulheres são agredidas, e isso acarreta na perda de um período significativo de vida saudável, a cada 5 anos de submissão às agressões, segundo Acosta, Gomes, Barlem (2013).

Por esta razão, tem merecida atenção por parte do Estado, através de políticas públicas que protejam estas mulheres, pois entre outros problemas, aumentam e muito as filas nos hospitais, caracterizando-se como um problema de saúde pública.

## **2.2 LEI MARIA DA PENHA**

Diante da temática latente da violência de gênero no Brasil, o Estado viu-se obrigado a colocar em prática medidas que combatessem este tipo de violência, que acaba por ceifar a vida de inúmeras mulheres.

Maria da Penha Maia Fernandes tornou-se símbolo desta luta contra a violência de gênero. Em 1983, Maria da Penha sofreu uma tentativa de homicídio por parte de seu marido, quando o mesmo atirou em suas costas, deixando-a paraplégica e ainda foi capaz de alegar que tratava-se de uma tentativa de roubo. Mais tarde seu agressor tentou matá-la novamente, eletrocutada, quando então, Maria da Penha decidiu por resolver o problema judicialmente, após quinze anos de agressão, tornando-se um símbolo da luta contra a violência doméstica, conforme Keller (2016, p. 14,15)

Assim, depois de uma longa batalha judicial, e com a realização de audiências tanto regionais quanto nacional, até mesmo no Congresso Nacional, sancionou-se a Lei n. 11.340/06, voltada especificamente para a violência doméstica

e familiar, é até hoje um dos meios basais de defrontação à violência doméstica no Brasil, de acordo com Keller (2016, p. 14,15)

Com o passar do tempo, viu-se a necessidade de potencializar os efeitos da Lei Maria da Penha, foi criado o Projeto Patrulha Maria da Penha.

### **2.3 PROJETO PATRULHA MARIA DA PENHA**

O Projeto Patrulha Maria da Penha, nasceu da necessidade de combater a violência contra as mulheres e por recomendação do Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, que é operacionalizado pela Secretaria de Segurança Pública, com atuação principalmente da Polícia Militar (Agência Senado, 2016).

Um dos principais motivos que levam a mulher a não prestar queixa, ou prestar queixa e depois retirar, é o medo, o medo do que virá depois, e o Projeto Patrulha Maria da Penha é, além de um mecanismo de apoio à mulher vítima de violência doméstica, é também responsável por fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas e de segurança, segundo Dias (2016).

Isso porque, o que se observa, é que mesmo depois do deferimento de medidas protetivas, os agressores continuam agindo de maneira violenta, pois não haviam mecanismos para controlar o que acontecia após as denúncias.

Assim, com o Projeto Patrulha Maria da Penha são realizadas visitas periódicas às residências de mulheres que sofreram agressões e que denunciaram, para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência e reprimir atos de violência, segundo a Agência Senado (2016).

Assim, tendo em vista que a violência doméstica não é algo pontual, algo recorrente somente em determinada região, mas um acontecimento que ocorre em todo o país, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou a nacionalização do Projeto Patrulha Maria da Penha.

Através da Lei Maria da Penha, são determinadas várias medidas protetivas, e a Patrulha Maria da Penha, contribui justamente para que estas medidas protetivas sejam respeitadas, pois quando não são, em geral as mulheres ficam temerosas com relação à reação de seus agressores, o que inibe significativamente as queixas.

Dentre as medidas protetivas, é possível citar: a suspensão da posse ou restrição por porte de armas, afastamento do agressor do lar comum, proibição de

determinadas condutas, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes, dentre outras, o que garante às mulheres certa sensação de segurança.

Além disso, o contato direto com a Polícia Militar, confere às vítimas de violência a sensação de que estão protegidas, de que elas têm alguém com quem podem contar.

## **2.4 PATRULHA MARIA DA PENHA EM ÁGUAS LINDAS**

Mesmo que se fale repetidamente sobre igualdade de gênero, é preciso que existam leis que protejam especificamente as mulheres, principalmente porque a sociedade brasileira está impregnada em uma cultura machista, numa educação sexista, e neste sentido, mesmo com muitas falhas, a Lei Maria da Penha é um marco na luta contra a violência, que reconhece distintos tipos de violência: a física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, conforme a Cartilha: Por mais respeito aos direitos da mulher (2016, p. 7,8).

E tendo em vista as lacunas existentes na Lei Maria da Penha, surgiu o Projeto Patrulha Maria da Penha que ajuda as mulheres a enfrentarem os obstáculos que surgem, principalmente após as denúncias.

Assim, em relação ao Projeto Patrulha Maria da Penha, o estado de Goiás é a unidade da federação que mais avançou. A primeira Patrulha foi criada em março de 2015 em Goiânia, mas outros municípios também oferecem o projeto. Dentre estes municípios, um dele é Águas Lindas de Goiás, que presta serviço especializado no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, de acordo com o site da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (2017).

Em Águas Lindas de Goiás, assim como em outros municípios do estado de Goiás, o Projeto Patrulha Maria da Penha tem como missão, garantir o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pela Justiça, em conformidade com a Lei Maria da Penha.

Assim, aparentemente, Águas Lindas parece refletir bons resultados daquilo que é esperado com o Projeto Patrulha Maria da Penha, pois conforme noticiado no portal R7 (2013), a referida cidade está entre os cinquenta municípios brasileiros que mais ligaram para a Central de Atendimento à Mulher. Tantas queixas ocorrem pelo fato de Águas Lindas ocupar a 70ª posição entre as 100 cidades mais violentas do país, de acordo com o Mapa da Violência de 2013, conforme mencionado no portal R7 (2013).

Esse crescente número de reclamações pode ser reflexo de uma paulatina confiança das mulheres no trabalho da Polícia Militar, no que diz respeito aos objetivos do Projeto Patrulha Maria da Penha. As políticas públicas são projetadas de acordo com as queixas realizadas, por este motivo, é tão importante que as mulheres denunciem seus agressores, para que não sejam veiculados números que não refletem a realidade dos fatos.

### **3 METODOLOGIA**

O presente artigo científico tem como tema A Patrulha Maria da Penha. A escolha do referido tema deu-se em razão do crescente número de violência contra a mulher. Os dados da violência de gênero são indiscutivelmente preocupantes. O estado de Goiás, também registra um elevado índice de violência deste tipo.

Assim, após analisar a importância deste tema, foram traçados o problema e os objetivos. O problema ficou então definido da seguinte maneira: O Projeto Patrulha Maria da Penha contribui realmente para que as mulheres tenham menos medo de denunciar seus companheiros?

Enquanto que o objetivo geral ficou o seguinte: apresentar a origem do Projeto Maria da Penha e os objetivos específicos farão uma análise da efetividade do Projeto Patrulha Maria da Penha; apresentarão seu funcionamento e identificarão os resultados positivos oriundos do referido projeto.

Inicialmente foi feita uma abordagem bibliográfica, no sentido de fornecer o embasamento teórico necessário para a elaboração deste artigo científico. Assim, foram consultados livros, artigos, monografias e reportagens acerca do tema. Após concluir a pesquisa bibliográfica, será feita uma entrevista com um policial que compeça a Patrulha Maria da Penha em Águas Lindas, com a finalidade de responder ao problema e aos objetivos estabelecidos no início deste trabalho.

Deste modo será feita uma entrevista que utilizará como instrumento um questionário com perguntas estruturadas, dispostas no anexo deste artigo, com anotação simultânea das respostas.

O questionário é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (Marconi & Lakatos, 1999:100)

A entrevistada será a soldada Valéria Ferreira de Almeida, que atua na cidade de Águas Lindas, na Patrulha Maria da Penha, onde será possível conhecer o perfil das mulheres agredidas em Águas Lindas, bem como outras peculiaridades, como as principais motivações, os horários e os locais mais frequentes de ocorrência de agressões contra as mulheres.

Esta pesquisa não pretende buscar dados estatísticos, mas a partir da visão da própria Polícia Militar, avaliar se no município de Águas Lindas as mulheres conseguem perceber a importância deste trabalho e assim, confiar mais nestes profissionais.

#### **4 RESULTADO E DISCUSSÃO**

A violência contra mulheres é um tipo de acontecimento que não escolhe classe econômica, ou seja, trata-se de um fato social, recorrente em todos os países, em todas as classes econômicas. Contudo, no Brasil a violência contra a mulher é algo tão grave, tão severo, que chega a afetar o serviço público de saúde, sendo um desafio para este setor.

Assim, levando em consideração o elevado número de casos de violência contra a mulher, o tema deste artigo abordou a Patrulha Maria da Penha e buscou responder em seu problema se o Projeto Patrulha Maria da Penha contribui realmente para que as mulheres tenham menos medo de denunciar seus companheiros, e o objetivo específico investigou sobre a origem da Patrulha Maria da Penha.

Com relação à violência praticada contra as mulheres, em virtude da relação de poder e dominação, a mulher acaba sendo alvo de violência, causando grandes problemas à sociedade, pois a cada 2 minutos, cinco mulheres são agredidas, e isso acarreta na perda de um período significativo de vida saudável, a cada 5 anos de submissão às agressões, segundo Acosta, Gomes, Barlem (2013).

Deste modo, diante das informações colhidas por meio da pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que a violência contra as mulheres afeta a vítima, a família e até mesmo o sistema público de saúde.

Diante deste cenário, surgiu a necessidade de criar mecanismos legais que resguardem a integridade da mulher. Assim, surgiu a Patrulha Maria da Penha, por recomendação do Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher,

que é operacionalizado pela Secretaria de Segurança Pública, com atuação principalmente da Polícia Militar (Agência Senado, 2016).

A Patrulha Maria da Penha é um mecanismo de apoio à mulher vítima de violência doméstica, é também responsável por fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas e de segurança, segundo Dias (2016).

Na cidade de Águas Lindas de Goiás, que ocupa a 70ª posição entre as 100 cidades mais violentas do país, de acordo com o Mapa da Violência de 2013, conforme mencionado no portal R7 (2013), a Patrulha Maria da Penha também atua na defesa da integridade física e moral da mulher e é um marco na luta contra a violência, que reconhece distintos tipos de violência: a física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, conforme a Cartilha: Por mais respeito aos direitos da mulher (2016, p. 7,8).

De acordo com entrevista realizada com a soldada Valéria Ferreira de Almeida ela costuma atender um número considerável de mulheres agredidas, pelo menos 2 mulheres por semana, segundo a soldada, um número é considerado alto, já que se trata de agressões que podem até mesmo levar à morte.

Quando perguntada, quem mais agride estas mulheres, na maioria dos casos são ex companheiros e numa escala numérica, em seguida, os atuais companheiros. Sobre a média de idade e de escolaridade destas mulheres a soldada respondeu que a maioria tem entre 18 e 24 anos e só estudou até o ensino fundamental.

Também foi perguntado qual a motivação das agressões, na maioria dos casos, então a soldada afirmou enfaticamente que a maioria absoluta é por conta de separação. Sobre o horário e local onde estas agressões costumam acontecer, foi respondido que quase sempre é à noite, em casa, mas as agressões, segundo a soldada, também ocorrem em vias públicas.

Sobre a receptividade das vítimas com a polícia, a entrevistada afirmou que sempre são bem recebidos, é claro que se trata de momentos difíceis, pois é o momento em que narram os fatos.

Quanto à percepção da soldada em relação à Patrulha Maria da Penha, a mesma afirmou que trata-se de um projeto muito bom, e acima de tudo, muito eficiente, até porque, na maioria das vezes, estas mulheres não têm com quem conversar ou buscar apoio, e ainda enfatiza que a Patrulha Maria da Penha inibe os casos de reincidência. Sobre o primeiro contato destas mulheres com a polícia, a

entrevistada afirmou que o primeiro encontro é sempre mais tímido, mas acabam estreitando os laços, criando confiança, afirmou a soldada.

Sobre a atuação da Patrulha Maria da Penha na cidade de Águas Lindas, afirmou que o projeto realmente funciona e que a polícia busca incessantemente diminuir os casos de agressão doméstica.

Desta maneira, por meio da entrevista, foi possível perceber que as mulheres são bem receptivas, e aparentam confiança nos profissionais que atuam neste trabalho e ainda sentem-se seguras, assim, como há uma divulgação do Projeto Patrulha Maria da Penha, conforme informado pela soldada, os munícipes de Águas Lindas têm conhecimento deste importante trabalho realizado na cidade, é possível perceber que as mulheres vítimas de violência de gênero sentem-se seguras ao ser acolhidas por estes policiais, o que faz com que estas tenham menos medo de denunciar seus agressores.

Assim, diante da entrevista realizada, foi possível perceber que o problema levantado foi plenamente respondido, por outro lado, o que se vê, também com a realização da entrevista, mesmo que o entrevistado tenha dito o contrário, é que existe a necessidade de maior divulgação deste projeto no município.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração deste trabalho foi muito positiva, trouxe esclarecimentos muito importantes a respeito da violência contra as mulheres, foi possível conhecer o projeto Patrulha Maria da Penha, que se trata de mais uma atuação eficiente da Polícia Militar, que além de um mecanismo de apoio à mulher vítima de violência doméstica, é também responsável por fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas e de segurança, segundo Dias (2016).

Mesmo com mecanismos como a Lei Maria da Penha e a Patrulha Maria da Penha, a violência contra a mulher ainda é uma realidade que se arrasta desde civilizações antigas até a contemporaneidade, contudo, não é algo fácil de ser resolvido, principalmente porque as mulheres têm muito medo de denunciar seus agressores, até porque a maioria destes, convivem diariamente com as vítimas.

Águas Lindas, assim como muitos outros municípios brasileiros também enfrenta problemas de violência doméstica, contudo, parece refletir bons resultados daquilo que é esperado com o Projeto Patrulha Maria da Penha, pois conforme

noticiado no portal R7 (2013), a referida cidade está entre os cinquenta municípios brasileiros que mais ligaram para a Central de Atendimento à Mulher. Tantas queixas ocorrem pelo fato de Águas Lindas ocupar a 70ª posição entre as 100 cidades mais violentas do país, de acordo com o Mapa da Violência de 2013, conforme mencionado no portal R7 (2013).

Além do mais, as mulheres ainda são submetidas a outro tipo de violência o estupro, que somente em 2016, 49.497 pessoas foram estupradas neste país, sendo que 90% das vítimas eram mulheres. Este número só cresce, chegando a 24 casos a cada 100 mil habitantes, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. E a Polícia Militar também atua no combate a este tipo de crime, além disso, dá o amparo necessário, por meio das chamadas visitas solidárias.

Por meio da entrevista realizada foi possível perceber que as mulheres vítimas de violência doméstica, que na maioria estão na caixa etária entre 18 e 24 anos e que só cursaram até o ensino fundamental, em sua maioria, recebem de bom grado esta parceria da Polícia Militar e sentem-se acolhidas por estes profissionais.

O projeto tem sido eficiente na cidade de Águas Lindas, pois conforme a soldada, os casos de reincidência de agressão doméstica em razão da Patrulha Maria da Penha são pouco, mostrando assim, a eficiência do programa.

## REFERÊNCIAS

**Águas Lindas está entre as cidades que mais denunciam violência contra mulher no País. Disponível em:** <https://noticias.r7.com/distrito-federal/aguas-lindas-esta-entre-as-cidades-que-mais-denunciam-violencia-contramulher-no-pais-08102013>. Acesso em: 03 de março de 2018

BRASIL, **Código Penal**. São Paulo: Saraiva, 1999a.

BRASIL, **Conselho Nacional de Saúde**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em seres humanos (Resolução 196/96.)

CAMPOS, A. A. S. **A lei Maria da Penha e a sua efetividade. Monografia**. Curso de Especialização em Administração Judiciária. Universidade Estadual do Vale do Aracá. 2008. Disponível em: <<http://portais.tjce.jus.br/esmec/wpcontent/uploads/2014/12/Ant%C3%B4nia-Alessandra-Sousa-Campos.pdf>>.

CAVALHEIRO, Ana Paula. **Os objetivos da lei Maria da Penha e o alcance da proteção da brigada militar nos casos de violência contra mulher a partir do trabalho da Patrulha Maria da Penha.** Três Passos (RS).2016

Diário Oficial da União. 16 de out. de 1996: 21082-21085.

FONSECA, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais.** Psicologia & Sociedade, 24 (2), 307 314

GAUER, Ruth M. Chittó. **Alguns aspectos da fenomenologia da violência.**In: GAUER, Gabriel J. Chittó, GAUER, Ruth M. Chittó (org.). A fenomenologia da violência. Curitiba: Juruá, 2000. p. 13-35

GROSSI, Patrícia Krieger. **Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde.** In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). Gênero e saúde.Porto Alegre: Artes médicas, 1996. p. 133-149

KELLER, Daniel Lacerda. **A lei Maria da Penha – das medidas protetivas e sua eficácia.** Porto Alegre, 2016

RODRIGUES, Annelise Siqueira Costa.FEMINICÍDIO NO BRASIL: uma reflexão sobre o direito penal como instrumento de combate à violência de gênero. VOLTA REDONDA. 2016

SANTOS, Ana Cláudia Lemos. **Patrulha Maria da Penha: um estudo sobre a intervenção penal nos conflitos de Gênero,** PORTO ALEGRE, 2014.

## **APÊNDICE**

### **ENTREVISTA ESTRUTURADA**

- 1- Você atende muitas mulheres vítimas de violência doméstica?
- 2- Normalmente, quem mais agride as mulheres?
- 3- Qual a média de idade das mulheres agredidas em Águas Lindas?
- 4- Qual a média de escolaridade destas mulheres?
- 5- Na maioria das vezes, qual a motivação das agressões?
- 6- Qual o local onde costumam acontecer as agressões?

- 7- Geralmente, qual o horário mais comum em que as agressões ocorrem
- 8- Como estas mulheres recebem a polícia?
- 9- Você acha que a Patrulha Maria da Penha inibe a reincidência de agressões?
- 10-Como você percebe as mulheres no primeiro contato? Há algum tipo de constrangimento?
- 11-Como você avalia a Patrulha Maria da Penha na cidade de Águas Lindas?